

## DOCUMENTO DE TRABAJO

# A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios

La Economía Solidaria de Brasil ante el contexto de crisis COVID-19: trayectoria, crisis y resistencias  
en los territorios

Solidarity based Economy in Brazil in the context of COVID-19: course, crisis and resistance in the  
territories

**Wagner de Souza Leite Molina**\*

[molina@gmail.com](mailto:molina@gmail.com)

**Aline Mendonça dos Santos**\*\*

[aline.santos@ucpel.edu.br](mailto:aline.santos@ucpel.edu.br)

**Ana Maria Rodrigues de Carvalho**\*\*\*

[ana.mr.carvalho@unesp.br](mailto:ana.mr.carvalho@unesp.br)

**Neli Maria Castro de Almeida**\*\*\*\*

[neli.almeida@ifrj.edu.br](mailto:neli.almeida@ifrj.edu.br)

**Valmor Schiochet**\*\*\*\*\*

[valmorschiochet@gmail.com](mailto:valmorschiochet@gmail.com)

---

**Resumo:** Este artigo aborda a trajetória da Economia Solidária frente aos desafios impostos pela crise econômica e sanitária decorrente da pandemia por COVID-19 no contexto brasileiro. A ausência de medidas preventivas eficazes, a necessidade da adoção do isolamento social como forma de impedir o avanço da epidemia, abalou economias mundialmente. Com a queda da atividade econômica, empregos mais escassos e queda nas rendas familiares, maior entre os mais pobres. Políticas emergenciais adotadas por governos têm sido insuficientes para sanar os problemas enfrentados, sobretudo no Brasil, com políticas sociais já debilitadas. Neste cenário, atenções se voltam para a Economia Solidária, historicamente comprometida com segmentos em situação de vulnerabilidade, considerada efetiva estratégia no enfrentamento do desemprego e da pobreza. Porém, a estrutura de apoio a essas iniciativas também têm sofrido o abandono das políticas sociais por governos neoconservadores, num momento de crescimento de demanda por apoio. Mesmo diante de dificuldades como a falta de recursos e a impossibilidade de realização de atividades presenciais organizações, como as incubadoras universitárias, têm conseguido reinventar sua atuação com eventual ajuda de governos e outras entidades locais na construção de redes de solidariedade, indispensáveis na manutenção de alguma

---

\* Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, Estado de São Paulo, Brasil.

\*\* Universidade Católica de Pelotas – UCPel, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

\*\*\* Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil

\*\*\*\* Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

\*\*\*\*\* Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau, Santa Catarina, Brasil

dignidade e esperança junto à população em pior situação socioeconômica.

**Palavras chave:** Economia Solidária, Rede de ITCPs, pandemia

**Resumen:** Este artículo aborda la trayectoria de la Economía Solidaria ante los desafíos impuestos por la crisis económica y de salud derivada de la pandemia de COVID-19 en el contexto brasileño. La ausencia de medidas preventivas eficaces, la necesidad de adoptar el aislamiento social como forma de evitar que la epidemia avance, aflige las economías de todo el mundo. Con la caída de la actividad económica, escasez de empleo y la disminución de los ingresos familiares, mayor entre los más pobres. Las políticas de emergencia adoptadas por los gobiernos han sido insuficientes para remediar los problemas enfrentados, especialmente en Brasil, con las políticas sociales ya debilitadas. En este escenario, la atención se centra en la Economía Solidaria, históricamente comprometida con segmentos en situación de vulnerabilidad, considerada una estrategia eficaz para enfrentar el desempleo y la pobreza. Sin embargo, la estructura de apoyo a estas iniciativas también ha sufrido por el abandono de las políticas sociales por parte de los gobiernos neoconservadores, en un momento de creciente demanda de apoyo. Incluso ante dificultades como la falta de recursos y la imposibilidad de realizar actividades presenciales, organizaciones como las incubadoras universitarias han logrado reinventar su desempeño con la eventual ayuda de los gobiernos y otras entidades locales en la construcción de redes de solidaridad, indispensables para mantener alguna dignidad y esperanza junto a la población en peor situación socioeconómica.

**Palabras clave:** Economía Solidaria, Red ITCP, pandemia

**Abstract:** This article addresses the trajectory of the Solidarity based Economy facing the challenges imposed by the economic and health crisis resulting from the pandemic by COVID-19 in the Brazilian context. The absence of effective preventive measures, the need to adopt social isolation as a way to prevent the epidemic from advancing, has shaken economies worldwide. With the fall in economic activity, fewer jobs and a drop in family incomes, highest among the poorest. Emergency policies adopted by governments have been insufficient to remedy the problems faced, especially in Brazil, with social policies already weakened. In this scenario, attention is turned to Solidarity based Economies, historically committed to segments in a situation of vulnerability, considered an effective strategy to face unemployment and poverty. However, the support structure for these initiatives has also suffered from the abandonment of social policies by neoconservative governments, at a time of growing demand for support. Even facing difficulties such as the lack of resources and the impossibility of conducting face-to-face activities, organizations, such as university incubators, have managed to reinvent their performance with the eventual help of governments and other local entities in building solidarity networks, which are indispensable in maintaining dignity and hope with the population in the worst socioeconomic situation.

**Keywords:** Solidarity based Economy, ITCPs network, pandemic

---

## Introdução

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, agente etiológico da COVID-19, avança no Brasil apresentando consequências traumáticas na vida da população não só no que diz respeito à saúde pública, mas também atingindo outras expressões da questão social<sup>1</sup> como o desemprego, a precarização do trabalho, a miséria, a fome, a habitação, o saneamento básico entre outros.

A lógica de produção de desigualdades fica ainda mais exposta no Brasil a partir da pandemia do coronavírus. Segundo o 7º Boletim da iniciativa “Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade”, realizado pela Rede de Políticas Públicas & Sociedade (Castello *et al.*, 2020) com

---

<sup>1</sup> “A questão social é aspirada na perspectiva de aglutinar os problemas sociais que atingem a humanidade num contexto de totalidade do processo histórico. Tais situações eram e são decorrentes de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho versus capital” (Santos, 2016).

lideranças comunitárias de seis regiões metropolitanas do Brasil, a adesão ao isolamento social – principal medida de proteção ao vírus fica inviável frente a fome, a busca por geração de renda agravada pelas condições precárias de moradia, como superlotação, presente no cotidiano das comunidades em situação de vulnerabilidade social – que representam a maioria da população brasileira.

Até 16 de Abril de 2020, pouco mais de 1 mês desde a instalação da transmissão comunitária do COVID-19 no Brasil, foram registrados, pelo Ministério da Saúde do Brasil, em torno de 30.400 mil casos confirmados da doença e 1.924 óbitos, números considerados subestimados levando-se em consideração a limitada cobertura de testes diagnósticos, demora no processamento e divulgação dos resultados e subregistro de óbitos por COVID -19 (Roser *et al.*, 2010). Atualmente a situação é ainda mais complexa; segundo o consórcio de veículos de imprensa, no dia 21 de setembro de 2020, o Brasil tinha 137.350 mortes por COVID -19 e 4.560.083 infectados.

Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) os dados iniciais representavam uma dinâmica de transmissão majoritariamente concentrada em populações de classe média ou média-alta, aqueles que adquiriram a infecção no exterior e eventualmente transmitiram para seus contatos. No entanto, o avanço da pandemia expressa uma invasão da doença nas comunidades pobres, que vivem em condições de aglomeração em habitações precárias e sem saneamento básico (Werneck, 2020).

Neste sentido, tem-se evidenciado que a COVID -19 possui uma incidência maior em comunidades em situação de vulnerabilidade social configurando uma sobrecarga dos serviços de saúde e um aumento significativo do número de mortes.

Além da questão sanitária, o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), assumido pela priorização de um modelo econômico restritivo e avesso ao investimento em políticas sociais, agrava ainda mais o problema da falta de acesso à saúde no País, principalmente de brasileiros em situação de vulnerabilidade social não inseridos no mercado formal de trabalho. Esta população excluída não é protegida pelo Estado, apesar do caráter universal do SUS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No Brasil, populações das zonas periféricas da cidade e do campo compreendem territórios empobrecidos e com dificuldades de acesso à justiça e aos mínimos sociais necessários para enfrentar uma pandemia de tamanha gravidade como o vulgo “novo coronavírus”. É nesse contexto de vulnerabilidade social que a população brasileira, já vivendo num quadro de polarização epidemiológica, social e econômica, precisa lidar com a crise e com os desafios frente à ameaça da COVID -19.

Nesta perspectiva, considerando os índices de infecção da COVID -19 de pessoas em territórios diversos e das consequentes mortes, vê-se um constante aprofundamento da crise social-civilizatória e da violência (advinda de nossa herança colonial) presente na desigual sociedade brasileira.

Apesar de alguns esforços pontuais do Estado na busca de atender às mínimas condições de subsistência da população em situação de vulnerabilidade, como o auxílio emergencial e as políticas de assistência social, a subsistência econômica e a coesão social de amplos segmentos sociais têm sido em grande medida proporcionada - e isso desde antes do advento da epidemia - por iniciativas de Economia Solidária e pelas redes (quase sempre informais) de solidariedade existentes nos próprios territórios em que estas pessoas residem. O que se constata é a importância ainda maior que tais estratégias vêm assumindo na busca de uma ação coordenada frente à pandemia.

Não obstante o renovado interesse por tais estratégias - tanto na academia quanto nos discursos de lideranças políticas de diferentes matizes - corroborado pela sua procura, por parte de um número cada vez maior de pessoas em geral excluídas da economia formal, as políticas públicas que deveriam

apoiá-las têm sido desmanteladas, desde o segundo mandato de Dilma Rousseff, interrompido em 2016, conforme será exposto.

Esta situação paradoxal, na qual a estrutura de apoio à promoção das duas estratégias acima destacadas se encontra extremamente debilitada (das incubadoras universitárias e demais entidades apoiadoras deste tipo de iniciativa até os órgãos governamentais encarregados de fomentá-las via políticas públicas) justamente quando sua importância é mais do que nunca posta em evidência, é na verdade coerente com uma agenda econômica e política voltada para a promoção dos interesses da parcela mais privilegiada da sociedade brasileira - e que está prosperando em meio ao contexto de crise aqui apresentado.<sup>2</sup> O que nos leva a considerar que a crise econômica decorrente da irrupção da epidemia se sobrepõe a uma outra crise - econômica e política - deflagrada anteriormente e que não havia sido superada. Embora o cenário caracterizado por indicadores econômicos desanimadores e ascensão de movimentos políticos de direita e ultradireita não seja uma exclusividade do Brasil - se tratando, aparentemente, de um fenômeno mundial -, a intensidade em que isso se registrou no país, assim como a inflexão em relação à trajetória do período anterior, colocam o caso brasileiro em destaque.

A proposta deste artigo é pontuar o contexto de pandemia no Brasil e os desdobramentos nas comunidades em situação de vulnerabilidade (introdução), traçar a trajetória da Economia Solidária no Brasil a fim de compreendê-la frente ao momento histórico atual (primeira seção), situar a atuação da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) frente ao contexto de pandemia (segunda seção), refletir sobre a estratégia de resistência a partir dos territórios (terceira seção) e, por fim, pontuar algumas notas finais da Economia Solidária como alternativa à crise (considerações finais).

Metodologicamente, realizou-se um levantamento junto a incubadoras sobre as dificuldades enfrentadas para dar continuidade às ações de apoio e fomento à Economia Solidária (assessoria e incubação de EESs; participação em espaços de articulação política, como fóruns e conselhos municipais/estaduais; criação e fortalecimento de canais de divulgação e comercialização, etc.), num contexto de isolamento social e escassez de recursos financeiros para o custeio de equipes e infraestrutura - não necessariamente nesta ordem. Neste sentido, solicitou-se às incubadoras da Rede de ITCPs<sup>3</sup> para que enviassem breve relato sobre sua situação e um panorama geral da situação dos EESs apoiados.<sup>4</sup>

## **1. A trajetória da economia solidária no Brasil e o contexto de crise política**

Em 1996, o economista Paul Singer, socialista democrático que se tornou uma das maiores referências mundiais para a economia social e solidária, escreveu um pequeno artigo denominado “Economia solidária contra o desemprego” – num momento em que o desemprego constituía um enorme flagelo para trabalhadores do Brasil e do mundo. Neste quase um quarto de século desde então, a Economia Solidária acumulou experiências econômicas e políticas e passou a integrar os programas locais e de organismos internacionais sobre alternativas para o futuro da humanidade. Cabe aqui um registro de iniciativas como o bem viver na América Latina, a defesa do FIB (Felicidade

---

<sup>2</sup> Ver: OXFAM (2020).

<sup>3</sup> Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, criada em 1999, é constituída por incubadoras universitárias comprometidas em apoiar iniciativas de trabalho coletivo e autogestionário (cooperativas, associações de produtores e grupos informais) junto aos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade.

<sup>4</sup> A sistematização dos resultados teve a participação de Lucas Gibbon, acadêmico da Universidade Católica de Pelotas, que atualmente responde pela Secretaria da Rede de ITCPs.

Interna Bruta) como indicador sistêmico para integrar desenvolvimento econômico, ambiente e qualidade de vida, os esforços do Papa Francisco para promover uma economia socialmente justa, economicamente viável, ambientalmente sustentável e eticamente responsável, além de inúmeras propostas socializantes, democráticas e preocupadas com o futuro do planeta que estão sendo debatidas com a participação de cientistas (muitos reconhecidos com o Prêmio Nobel) e militantes sociais.

A emergência desta nova onda histórica do associativismo, do cooperativismo e do comunitarismo econômico foi uma resposta das pessoas frente à crise que se abateu com a ascensão do neoliberalismo e da financeirização da economia. Mas, também foi parte da nova onda de mobilização social alternativa iniciada nos anos de 1960 e ampliada nos movimentos democráticos de base, na década de 1980, em contraposição ao socialismo real burocrático, a perda de legitimidade da burocrática social democracia europeia e ao autoritarismo militar na América Latina e África. Assim, podemos afirmar que a economia solidária foi uma resposta democrática dos movimentos sociais à crise provocada pela acumulação capitalista e ao modelo societário do socialismo real.

Desde meados da década de 1990, vimos observando, no Brasil, a dinamização de um conjunto diversificado de atividades econômicas de base associativa e autogestionária quem vêm se reconhecendo ou sendo reconhecidas no campo das outras economias, economias estas que se propõem contrapor a concepção hegemônica de economia. São experiências coletivas que, a partir de práticas e estratégias de sobrevivência, trazem para a cena econômica também elementos políticos caracterizados por solidariedade, sustentabilidade, participação, autogestão – entre outro.

No contexto da perspectiva contra hegemônica, as outras economias expressam uma diversidade significativa de atividades econômicas: economia solidária, economia indígena, economia feminista, economia campesina, etc. Desta forma, as outras economias estão enraizadas nos movimentos dos povos e comunidades tradicionais, movimentos de luta pela terra, águas e florestas, movimentos de moradia, movimentos socioterritoriais, movimento de desempregados, movimentos ambientalistas, movimento negro, movimento feminista, movimentos em defesa da cultura popular, movimento da luta antimanicomial e tantos outros que constituíram e constituem a agenda das esperanças emancipatórias da atualidade.

No Brasil, o termo mais utilizado para referir o reconhecimento desta diversidade de experiências - seja no campo das práticas, seja no campo da produção de conhecimento científico – é *Economia Solidária*. Tratam-se de experiências econômicas coletivas e suprafamiliares<sup>5</sup> que se expressam nas mais diferentes formas de organização: cooperativas de produção, as cooperativas de trabalho/serviços, cooperativas de consumo, cooperativas de agricultura familiar, associações, grupos informais, redes e cadeias produtivas, organizações de finanças solidárias, entre outros (Santos, 2010). Nem todas as experiências se reconhecem como economia solidária, no entanto o campo político compreende tanto as experiências econômicas tradicionais que reproduzem as formas de produzir e viver históricas – principalmente do meio rural – a exemplo das comunidades indígenas, quilombolas e organizações da agricultura familiar, bem como experiências mais recentes de trabalhadores que, diante da crise, resistiram e organizaram iniciativas de trabalho consideradas como Economia Solidária. Assim, são muitos os sujeitos políticos da economia solidária que, embora se apresentam sob distintas estratégias, parecem convergir em um mesmo projeto político de sociedade (Santos,

---

<sup>5</sup> Mesmo com algumas divergências conceituais e políticas sobre a nomenclatura e as características da economia solidária no Brasil, estas são referências conceituais que orientam a economia solidária no país, mas suas características formais são ainda mais restritas dando margem para diferenciações. Ver características formais em SENAES (2006).

2019).

Aos poucos as experiências de Economia Solidária foram convergindo em prol de um movimento organizado e articulado em nível nacional, que busca consolidar espaços para as mais diferentes expressões da Economia Solidária. Este processo de organização do movimento institucionalizou-se no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES é uma elaboração oriunda das Plenárias Nacionais de Economia Solidária mobilizadas por um grupo de trabalho brasileiro (GTbrasileiro) de Economia Solidária.

O GT brasileiro surgiu de um processo de mobilização e articulação no I Fórum Social Mundial (FSM). O GT brasileiro era composto por 12 organizações e redes de apoio à Economia Solidária e foi estruturado ao longo de dois anos e meio (2001-2003). Preocupados com o caráter emancipatório do movimento, os representantes do GT brasileiro promoveram debates regionais/estaduais pró-fórum na perspectiva de comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores da base. Esse processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES). A primeira PNES ocorreu em dezembro de 2002 em São Paulo com 200 participantes, a segunda PNES aconteceu em Porto Alegre no FSM de 2003 com 800 participantes, a terceira PNES em junho de 2003 em Brasília com 830 participantes, a quarta PNES em março de 2008 em Luisiânia com aproximadamente 400 participantes e a quinta PNES, realizada em dezembro de 2012, em Brasília, com aproximadamente 600 participantes.

Entre tantas questões, as plenárias discutiram encaminhamentos ao Governo Lula e Dilma e a formação e organização política do FBES. A partir dessas plenárias, configurou-se uma comissão responsável em negociar, junto ao Governo Lula, a inserção de políticas públicas para a Economia Solidária na plataforma de governo e foi resultado desse diálogo que foi formada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dirigida pelo professor Paul Singer (um dos principais, sem dúvida o mais renomado, pesquisadores do tema no país).

É muito simbólico para os atores da economia solidária, e frequentemente mencionado nos seus documentos,<sup>6</sup> que a criação do Fórum Brasileiro da Economia Solidária e a elaboração de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma da Economia Solidária se concretizam na terceira Plenária Nacional da Economia Solidária em junho de 2003, mesma época de implantação oficial da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no seio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Neste sentido, é possível afirmar que o nascimento das instâncias da Economia Solidária no plano nacional se dá num mesmo momento histórico no Estado e na sociedade civil, e através de processos interligados (Cunha & Santos, 2011).

Desde sua criação, o FBES e suas entidades-membros guardavam um papel de interlocutores privilegiados da SENAES – ao menos durante a primeira gestão Lula – no que concerne a demanda, proposição, execução e acompanhamento de ações públicas. O FBES foi muitas vezes questionado quanto a este papel frente ao Estado ou quanto à sua composição e estrutura de gestão (objetos de grande disputa quando da quarta Plenária Nacional em 2008), mas é difícil negar que tenha obtido a posição de principal rede nacional da economia solidária no Brasil. (Santos & Carneiro, 2016: 134)

No que diz respeito a política pública, pode-se afirmar que a mesma nasce a partir de uma demanda do movimento, embora houvesse uma aproximação prévia do Partido dos Trabalhadores (PT) com o tema.

---

<sup>6</sup> Ver: FBES (2005, 2006) e SENAES/MTE (2004a, 2006b).

A política de economia solidária no Brasil se constitui como uma institucionalidade nova iniciada na primeira gestão do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva – vulgo Lula – e considerando alguns processos de resistência se manteve até a interrupção do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2016. Foram 13 anos de política pública federal articulada com a agenda do movimento de Economia Solidária.

No esforço de traduzir as bandeiras do movimento de Economia Solidária em programas e projetos de políticas públicas, a SENAES potencializou propostas que, segundo Sardá (2011) dialogaram com cinco grandes eixos: acesso ao conhecimento (políticas de educação, formação e assessoria técnica); acesso aos mercados (comercialização justa e solidária); acesso ao capital (políticas de finanças solidárias: fundos solidários, bancos comunitários); marco legal (Lei geral da Economia Solidária – ainda um grande gargalo); e relações internacionais.

Tratou-se de um período de importantes avanços para o conjunto das outras economias no Brasil. A partir destes eixos dinamizou-se políticas em atendimento às demandas da economia solidária que contribuíram para potencializar e fortalecer a lógica de desenvolvimento que vinha sendo afirmada nas plenárias e conferências de Economia Solidária no Brasil.

Dentre os programas e projetos, destaca-se o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), programa criado em 1998 pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso. Neste mesmo período criou-se a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs) que, segundo Singer, assim sucedeu:

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação) mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando (...). A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva. (Singer, 2002: 123)

Em 2019 a Rede de ITCPs completou 20 anos buscando atender a organização coletiva dos trabalhadores nos territórios, potencializando tecnologias sociais, bem como dinamizando estratégias locais e articulação nacional em prol de outra lógica de desenvolvimento. Ao longo destes anos as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares foram beneficiadas com recursos do PRONINC, bem como outros programas da SENAES e outros programas do governo federal – como o Programa de Extensão Universitária (ProExt) na execução de políticas públicas orientadas para o universo das outras economias. Tratou-se de um período crescente do número de incubadoras no Brasil e consequentemente uma crescente para a Economia Solidária no Brasil.

Desde o seu início a Rede de ITCPs está envolvida com o movimento da Economia Solidária no Brasil. Foi uma das entidades presentes no GTBrasileiro e compõe a coordenação do FBES, como representação das entidades de apoio, desde 2003 – quando houve a criação do Fórum.

Assim como a Rede de ITCPs, diferentes sujeitos políticos da economia solidária se envolveram direta ou indiretamente na execução de políticas públicas para a economia solidária e, ainda que num lugar periférico dentro do Estado brasileiro, a política de Economia Solidária se destacou como uma importante referência de relação entre Estado e sociedade.

Foi, de fato, um importante período de avanços para a Economia Solidária no Brasil.

Esta situação muda bastante, frente ao atual contexto político do país.

Em 2016 os partidos da base do governo alegaram não estar contemplados, da forma como gostariam, na distribuição da pastas de alto escalão o que gerou uma grande crise na máquina pública, pois, tais partidos, passaram articular forças e se associaram numa extensa coalizão (inclusive com uma significativa adesão do senso comum produzido pela mídia e de grupos mais conservadores da sociedade) contra o PT que, mais tarde, resultou no processo de impeachment e no afastamento da Presidente Dilma Rouseff<sup>7</sup> do governo.

Diante das circunstâncias, Michel Temer assumiu o governo a partir de uma agenda perversa contra os pobres, os trabalhadores, as minorias e o patrimônio público expressa no programa intitulado “Ponte para o futuro”. Tratou-se de uma proposta neoliberal semelhante à que atingiu a Europa e que vem perdendo a disputa com o voto popular nas últimas eleições no Brasil, embora, os governos anteriores já viessem assumindo fortes indícios de implementação da mesma. De toda forma, trata-se de uma lógica de governo que ataca especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais<sup>8</sup> inibindo quaisquer espaços para políticas consideradas emancipatórias a exemplo da Economia Solidária.

Na sequência, o pleito eleitoral de 2018 elegeu Jair Bolsonaro e um projeto ainda mais conservador e ofensivo às políticas sociais e aos direitos humanos. O novo governo acaba com parte significativa das políticas sociais, colocando-as numa condição mais periférica e assistencialista. Neste contexto, a política de economia solidária é rebaixada a um departamento dentro do Ministério da Cidadania que é gerido por pessoas sem nenhum reconhecimento político no universo das outras economias. Trata-se de um processo de desconstrução de uma política pública iniciado ainda durante o mandato petista - então sob o pretexto de um inevitável ajuste fiscal - mas que no atual governo assume viés programático.

Isso fica claro quando se comparam os orçamentos anuais destinados à ações de Economia Solidária desde o início dos anos 2000 até 2018, bem como a variação no número de programas de apoio destinados a Economia Solidária, de acordo com Chiariello (2020), conforme **Tabela 1**, abaixo:

**Tabela Nº 1:** Evolução do orçamento da União destinado à Economia Solidária: 2004 a 2019

<b>ANO (Lei Orçamentária Anual)</b>	<b>VALORES ECOSOL</b>	<b>% do TOTAL</b>	<b>% em relação a 2004 (ano base)</b>
LOA 2004	199.632.872,00	4,37%	100%
LOA 2005	287.883.275,00	6,30%	144%
LOA 2006	184.249.530,62	4,04%	92%
LOA 2007	267.537.730,00	5,86%	134%

<sup>7</sup> A coalizão a favor do Impeachment reuniu políticos corruptos cúmplices dos crimes delatados na “Operação Lava Jato” e perdedores das eleições que jamais se conformaram com a derrota eleitoral. Estes refletem num legislativo conservador (vulgo BBB - composto pelas bancadas parlamentares da Bala - armamento, do Boi - agronegócio e da Bíblia - evangélicos) que garantiu o avanço do processo de impeachment, tendo em vista interesses particulares e oportunismos políticos, ignorando a questão legal (que implica identificar crime de responsabilidade) e usurpando o poder executivo de qualquer forma, caracterizando um “golpe” à democracia.

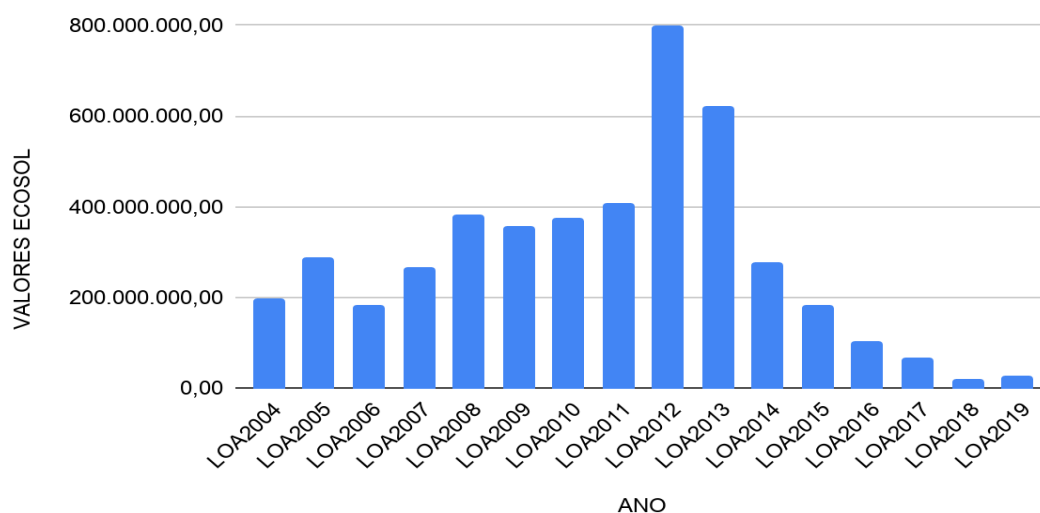
<sup>8</sup> Ver: [http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf)

LOA 2008	381.979.220,08	8,37%	191%
LOA 2009	358.749.255,00	7,86%	180%
LOA 2010	376.531.219,00	8,25%	189%
LOA 2011	408.358.681,71	8,94%	205%
LOA 2012	799.630.557,00	17,51%	401%
LOA 2013	621.924.909,78	13,62%	312%
LOA 2014	276.695.752,00	6,06%	139%
LOA 2015	184.384.864,00	4,04%	92%
LOA 2016	103.063.572,00	2,26%	52%
LOA 2017	67.909.569,00	1,49%	34%
LOA 2018	20.550.738,00	0,45%	10%
LOA 2019	26.913.049,00	0,59%	13%
<b>TOTAL</b>	<b>4.565.994.794,19</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Chiariello (2020), a partir de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

O **Gráfico 1**, abaixo, permite uma melhor visualização:

**Gráfico N° 1:** Orçamento destinado à Economia Solidária: Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 a 2019



Fonte: Chiariello (2020), a partir de dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG

A atual situação da política de Economia Solidária no Brasil reflete um enorme retrocesso, uma vez que, atualmente a política é gerida apenas no acompanhamento de alguns poucos projetos que foram contemplados em editais desenvolvidos na gestão anterior.

Este é o cenário que precisa ser compreendido frente a dinâmica (avanços e limites) da política de economia solidária no governo federal, sobretudo, porque influenciam desenhos de organização e construção da resistência dos movimentos sociais frente à lógica dominante.

Tendo em vista que o FBES inicialmente surge para ser também o interlocutor da política e que, neste caso, contou com recursos públicos não só nos atendimentos de suas bandeiras de lutas que viraram programas da SENAES, mas também para os processos de formação e organização política do movimento, percebe-se que, de certa forma, o desmonte de um Estado mais atento às questões dos movimentos sociais, repercute significativamente na sociedade civil.

Neste contexto, o FBES se fragiliza e, atentos a esta questão, o sujeitos do FBES estão articulando, juntamente com os demais sujeitos da economia solidária, a realização da VI PNES, sendo que o processo de mobilização neste sentido foi iniciado em 2019, com ápice previsto para 2021.

## **2. A atuação das ITCPs frente ao contexto de pandemia**

A partir do levantamento junto à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, foi possível identificar um conjunto de estratégias econômicas e de intervenções solidárias, desenvolvidas pelas incubadoras nos territórios para o enfrentamento dos impactos econômicos da pandemia de COVID -19

As ITCPs, nos últimos anos, conforme apontamos anteriormente, têm vivenciado os efeitos do desmonte das políticas públicas para a Economia Solidária, bem como da crise pela qual passam as universidades públicas, decorrente das políticas neoliberais que as atacam. A grande maioria das incubadoras encontra-se sem financiamento público que viabilize a manutenção de técnicos nas equipes e a realização de despesas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Neste sentido, a crise advinda da Pandemia, com as novas determinações, sobrepõe-se às dificuldades já enfrentadas.

Com as recomendações para o Isolamento Social, algumas inclusive por determinação expressa da Universidade, com suspensão das atividades de campo, em geral, as equipes buscaram construir estratégias que viabilizassem, em certa medida, o acompanhamento aos empreendimentos de economia solidária e de outras iniciativas. Especialmente por meio de ferramentas de comunicação à distância, relatam terem estabelecido contatos com as lideranças visando mapear a situação, compreender os impactos iniciais da Pandemia, bem como construir alternativas que pudessem contribuir para a redução das ameaças às quais estavam todos submetidos. Apesar das limitações de acesso à comunicação virtual que muitos empreendimentos ou trabalhadores têm, podem ser destacadas estratégias de capacitação por meio de cursos on line ou de lives, sobre a Economia Solidária, a Pandemia da COVID -19 e outras temáticas transversais, inclusive sobre ferramentas de tecnologias digitais. Outras estratégias adotadas pelas equipes das ITCPs visaram a articulação de redes territoriais de solidariedade e as campanhas de solidariedade junto à comunidade, conjuntamente com outros atores.

Equipes reportam que puderam apreender o quão amedrontados e/ou inseguros muitos trabalhadores estavam, seja pela ausência de informações mais objetivas sobre a COVID -19, pelos contatos pessoais suprimidos ou pelas ameaças econômicas que a situação apresentava. Impactos na saúde mental, expressos pelas angústias e ansiedades, decorrentes das ameaças que identificavam; tristezas,

pois concretamente, a doença estava vitimando pessoas próximas a eles. Outros denotavam pouco valorizar os riscos impostos pelo coronavírus, num sentido de tentar negá-los, apresentando-se de forma destemida, defendendo com naturalidade a manutenção de suas atividades de trabalho e sociais.

É necessário considerar que os efeitos da Pandemia atingiram de modo diferente os segmentos de trabalhadores da Economia Solidária: artesanato, agricultura familiar, cadeia dos materiais recicláveis, usuários da Saúde Mental, entre outros. Dentro de um mesmo segmento também foi possível perceber diferenças, diferentemente os empreendimentos, dependendo de suas condições concretas e das relações econômicas e sociais estabelecidas.

A suspensão das feiras afetou direta e intensamente a comercialização de muitos produtos, entre os quais os artesanatos. Alguns empreendimentos precisaram recorrer ao “caixa” e ao capital de giro para manter suas necessidades básicas, o que os tornou incapazes de produzir. Com o trabalho coletivo dificultado foi constatado que algumas mulheres recorreram à alternativa de vendas individualizadas. Para certos empreendimentos aproveitaram a oportunidade para produzirem máscaras de tecido, cujas vendas, em certa medida, compensaram as perdas, mas também foram objeto de ação solidária, por meio de doações aos grupos mais vulneráveis, como de catadores. A estratégia construída e adotada por vários empreendimentos foi a divulgação dos produtos artesanais em redes sociais e campanhas de vendas virtuais e entregas em domicílio, a qual contou com o apoio de fóruns, redes, entidades, entre as quais as ITCPs.

Alguma semelhança ocorreu com empreendimentos da agricultura familiar que encontravam nas feiras um espaço importante para comercializarem suas produções. Inicialmente, a suspensão das feiras comprometeu o escoamento da produção e seus rendimentos. No entanto, de várias formas, foram afetados positivamente pela “onda” da procura por alimentação saudável, aguçada pela Pandemia. Aqueles empreendimentos que estavam organizados em redes de consumo encontraram alternativas reorganizando as entregas dos produtos, de modo a torná-las adequadas às regras de cuidados e prevenção ao Coronavírus. Em diversos casos, puderam contar com o apoio de ITCPs para a construção de novas estratégias e ferramentas para que os consumidores pudessem acessar as informações de produtos ofertados, efetuar suas encomendas, bem como retirar e pagar, de modo a dependerem de menor contato pessoal. O aumento considerável da demanda pelo consumo de produtos hortifrutigranjeiros e outros processados, fornecidos diretamente pelos produtores, também favoreceu empreendimentos que atuavam de modo mais pontual em feiras, os quais encontraram no sistema de encomendas por whatsapp e entregas em domicílios, a possibilidade de garantirem as vendas e aumentarem seus rendimentos. Em outros casos, as ITCPs contribuíram para o mapeamento da produção visando a montagem de cestas agroecológicas e cadastramento de consumidores interessados. Em todas as situações as alternativas encontradas requereram muita articulação e disposição de vários atores do campo e da cidade.

Em relação aos empreendimentos solidários no segmento dos resíduos sólidos, as ações se concentraram na aquisição de máscaras, luvas e produtos de higiene para os catadores de reciclados sólidos. Também foram desenvolvidas atividades de conscientização da comunidade para a necessidade da correta seleção de materiais recicláveis, com ações de prevenção ao contágio pelo coronavírus. Houve registro de queda de arrecadação na reciclagem de resíduos sólidos, em função do baixo consumo decorrente do isolamento social e do fechamento, de uma forma geral, do comércio. Para reduzir o impacto financeiro neste atual contexto, identificam-se estratégias de formação de novas redes na cadeia produtiva dos recicláveis buscando diminuir os intermediários.

Para o campo dos empreendimentos solidários vinculados aos usuários e usuárias dos serviços de Saúde Mental, foi identificado um impacto emocional mais significativo em função do isolamento social, em função do reforço à exclusão social a que estes sujeitos já são submetidos. Nos relatos

apresentados pelas incubadoras, foram identificadas ações de contato por via remota e o incentivo a atividades domiciliares para a diminuição do impacto afetivo causado pelo isolamento social.

### 3. As outras economias<sup>9</sup> e a solidariedade como resistência nos territórios

Como diria Milton Santos (1996), é nos territórios, compreendidos como espaços opacos, que está o potencial de transformação da realidade social a partir dos homens lentos (oprimidos e invisibilizados pela lógica hegemônica). Na obra *Por uma Geografia Nova* (1978), Santos coloca o espaço como fato social, fator social, e instância social, que precisa ser considerado como totalidade, como espaço de disputas, de reconhecimentos e de lutas.

É no território que laços de solidariedade<sup>10</sup> e confiança, historicamente, marcam os processos de enfrentamento e resistência às crises – inclusive pressionando o Estado responder às demandas sociais.

A disseminação do coronavírus em territórios vulneráveis demonstra, em grande medida, uma insuficiência do Estado e das políticas neoliberais que vêm sendo implementadas histórica e sistematicamente no Brasil capitalista/colonialista, atingido por um grau elevado de violência e apropriação.<sup>11</sup> Em meio à pandemia, se desvela a necropolítica<sup>12</sup> implementada pelo sistema, tão inerente quanto funcional à hegemonia vigente. Mas, este processo não se faz sem resistência: os movimentos populares e setores da sociedade civil, vinculados aos territórios vulneráveis, vem denunciando e cobrando maior aporte de investimentos públicos por parte dos Estados para a garantia mínima de direitos fundamentais; também percebe-se articulações e iniciativas de autogestão das comunidades e do questionamento das relações políticas, econômicas e culturais de dependência. Assim, percebe-se um potencial emancipatório no espaço reflexivo e prático destes territórios que contrapõe o discurso hegemônico do “retorno à normalidade” e do “resgate da economia” e anuncia o enfrentamento das dificuldades e recorrentes injustiças com participação e solidariedade (Melo *et al.*, 2020).

A dicotomia entre a vida e a economia não surge com a pandemia, mas fica mais exposta e evidente neste contexto.

Historicamente, as outras formas de produzir e viver, outras economias, as economias solidárias e alternativas vêm denunciando a economia da morte, a economia hegemônica e afirmando a necessidade de uma economia da vida. Uma economia que preze por organização coletiva da produção, distribuição comercialização e consumo de bens e serviços, que preze pela propriedade

---

<sup>9</sup> O movimento de Economia Solidária vem dialogando com uma abordagem mais ampla, refletida no termo “outras economias”, que passa a ser utilizado neste artigo como indicativo da diversidade de experiências que vêm se somar ao movimento histórico relatado no tópico anterior. Cada uma destas experiências representa um exercício de resistência, uma alternativa possível ao modelo hegemônico.

<sup>10</sup> “A solidariedade é vista como uma prática alimentada pela própria complexidade social, que exige uma concepção aberta, flexível e pluralista, baseada cada vez mais na autonomização da sociedade, dos grupos sociais e dos indivíduos, pois estes não são jamais vistos de maneira isolada, mas no quadro da trama de solidariedade existente na sociedade” (Santos, 2004:71).

<sup>11</sup> A apropriação e a violência compreendem a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos para definir o outro lado da linha abissal, um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Apropriação e violência são formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade. (Santos; 2009)

<sup>12</sup> Necropolítica é uma elaboração de Achille Mbembe (2017) para descrever a política da morte adaptada pelo Estado.

coletiva dos bens de produção, justiça social, equidade econômica e responsabilidade ambiental.

Guardando as peculiaridades, das diferentes formas de produzir e viver destas economias há um componente ético fundamental a todas elas que é a “reprodução da vida”.<sup>13</sup>

Desta forma, as diferentes formas de produzir e viver dinamizadas solidariamente pelos territórios vêm se constituindo como alternativas no enfrentamento da crise sanitária, econômica e política que estamos vivendo embora também tenham sido gravemente afetadas pela pandemia.

Segundo Schiochet, as consequências da pandemia sobre as experiências de economia solidária decorrem do fato de que elas se assentam em relações que privilegiam interações “face a face”.

[...] uma economia feita de pessoas para as pessoas, que depende do encontro delas para produzir, trocar e consumir. As exigências do isolamento social como principal medida de contenção da covid-19 interditaram as possibilidades de encontro e comprometeram a continuidade desses processos socioeconômicos (Schiochet, 2020: 2).

O que pode ser constatado em inúmeras situações quando foram adotadas medidas de isolamento para evitar a disseminação do coronavírus. Os exemplos são os mais diversos tais como o caso da interrupção das atividades de reciclagem de matérias desenvolvidas pelas cooperativas e associações de catadores. Nas cooperativas e associações vinculadas à agricultura familiar, assentamentos e comunidades tradicionais foram interrompidos os vínculos com os mercados, seja ele institucional, justo ou convencional. Com a suspensão das aulas escolares e outras atividades governamentais, as associações e cooperativas da agricultura familiar, assentamentos e comunidades tradicionais produtoras de alimentos não puderam comercializar seus produtos para os programas de alimentação. O mesmo aconteceu com o fechamento dos espaços fixos de comercialização e as feiras. Também a economia da cultura foi duramente afetada com a impossibilidade de realizar atividades e apresentações públicas. A questão é que a pandemia revelou também as potencialidades da economia solidária frente às crises.

No contexto aqui analisado, os elementos constituintes do que se pode chamar de uma “rede de solidariedade” são quase sempre diversificados e articulados por uma pauta comum trazida pela excepcionalidade do momento enfrentado: entidades filantrópicas, igrejas e movimentos sociais, momentaneamente aliados entre si e a incubadoras universitárias, com apoio pontual de setores do poder público, e por vezes até a participação de empresários locais. Embora a precariedade dos arranjos que dão sustentação a estas iniciativas seja a regra, os canais de diálogo abertos e as oportunidades de discussão de inúmeras questões (sociais, políticas, econômicas) tendem a deixar marcas talvez mais duradouras do que a própria crise. O mesmo pode ser dito sobre algumas ferramentas ou estratégias de ação adotadas no cotidiano alterado pela situação de pandemia, como as formas virtuais de comunicação via redes sociais, capazes de articular coletivos, acionar esquemas logísticos improvisados e aproveitar recursos produtivos disponíveis em espaços domésticos ou pequenos centros comunitários.

Se o formato, o objeto e a natureza dos colaboradores destas redes costumam variar bastante, o mesmo não pode ser dito às percepções relatadas, quase unânimes ao destacar a insuficiência das políticas públicas pré-existentes (fora o auxílio emergencial pago pelo governo) e a enorme diferença que pequenas ações acarretam no bem estar de famílias com pouco ou nenhum recurso.

---

<sup>13</sup> Este é um termo que está calçado na reprodução ampliada da vida desenvolvido por Coraggio e que nos remete em contraponto direto à “reprodução ampliada do capital”, utilizada por Marx no Livro 1 do Capital (1867) para explicar a forma como o capital se reproduz a partir das condições de exploração do trabalho e da extração de mais-valia (Santos, 2017).

A partir desta perspectiva e das experiências das incubadoras junto aos respectivos territórios, na sequência, destacam-se processos que parecem corresponder à estratégia aqui exposta.

Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, observou-se um amplo movimento dos diferentes sujeitos do campo e da cidade relacionados com a economia solidária para atender três estratégias principais: 1) escoar a produção da economia solidária e da agroecologia num contexto onde as feiras de comercialização destes produtos foram suspensas; 2) criar mínimas condições de subsistência e de segurança alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade que estavam desassistidas pelo Estado (o auxílio emergencial demorou ser disponibilizado para as famílias brasileiras); 3) criar condições de segurança para os trabalhadores de material reciclável.

Para dar conta destas estratégias neste contexto, o processo ocorreu de forma dialógica com dois sujeitos políticos importantes para aquele território: o Fórum Municipal de Soberania Alimentar (FMSA) e o Fórum Gaúcho de Economia Solidária (FGES).

Junto ao FMSA dinamizou-se a estratégia 1 e 2 sinalizadas acima. Realizou-se uma campanha de arrecadação de recursos para a compra de produtos agroecológicos e da economia solidária que há 5 meses vem atendendo 120 famílias em situação de vulnerabilidade social de Pelotas. A partir dos recursos da campanha, criou-se uma sistemática de aquisição de produtos da economia solidária (alimentos agroecológicos, produtos de higiene e máscaras) da Rede Bem da Terra,<sup>14</sup> bem como da reforma agrária popular. Somado a esta campanha aumentou o quadro de consumidores e, conseqüentemente, o fluxo de consumo da Rede Bem da Terra tendo em vista que algumas pessoas, sensibilizadas pela crise sanitária, passaram priorizar aquisição de produtos do território a fim de contribuir com a economia da região, bem como priorizaram o consumo de produtos agroecológicos e orgânicos, a fim de promover uma alimentação mais saudável. Dessa forma, os produtores da economia solidária da região seguiram tendo uma demanda para a escoar a produção apesar da suspensão dos espaços de comercialização.

Por outro lado, a campanha do FMSA também vem permitindo garantir mínimas condições de subsistências e seguridade social para famílias em situação de extrema vulnerabilidade social, sem condições de aderir ao isolamento social tendo em vista a fome, a busca por geração de renda, as precárias condições de moradia, etc. Ainda que numa escala pequena, é significativo que 120 famílias de uma comunidade vêm recebendo atenção e condições de subsistência.

---

<sup>14</sup> A Rede Bem da Terra (RBDT) compreende uma rede de empreendimentos econômicos solidários que tem como objetivo desenvolver a economia solidária na microrregião sul do Rio Grande do Sul, difundindo práticas e princípios do comércio justo e do consumo solidário (BEM DA TERRA, 2018). Passados os anos do surgimento da associação de produtores Bem da Terra (2007), a rede Bem da Terra conta atualmente com 40 empreendimentos econômicos solidários (EES) que reúnem cerca de 250 produtores/trabalhadores da região extremo-sul do estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as cidades de Pelotas, Rio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Pedras Altas, Morro Redondo, Jaguarão e Piratini. A rede engloba grupos informais, associações e cooperativas de pequenos produtores agroecológicos urbanos e rurais, de artesãos, de assentados da reforma agrária, de pescadores e de costureiras. Os EES estão articulados em distintas frentes como a produção orgânica e agroecológica, a segurança e soberania alimentar, o acesso à terra e à reforma agrária, a geração de emprego e renda, saúde mental, permacultura, pesca comunitária e artesanal. A medida que o Bem da Terra foi se desenvolvendo na perspectiva de uma Rede, que envolve produção, distribuição, comercialização e consumo, outros sujeitos foram se institucionalizando neste processo como associação de consumidores e seus grupos de consumo e os processos distribuição e compras coletivas materializados no Rizoma Bem da Terra. Os dois atores centrais da RBDT são a Associação de Produtores (Associação Bem da Terra) e a Associação de Consumidores (Associação Educacional para o Consumo Responsável Rede Bem da Terra), sendo que estes assumem caráter de produção e consumo.

A estratégia 3 configurou-se em atenção à Rede Reciclar, realizou-se campanhas de arrecadação de sabão e máscaras - produzidas com materiais doados à Usina Feminista (EES vinculado ao núcleo de produção da Rede Bem da Terra) para os/as trabalhadores/as da reciclagem que estão diretamente expostos ao vírus. A Rede Reciclar compreende um conjunto de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis de 5 municípios da região sul do Rio Grande do Sul - inclusive Pelotas. A maioria destas associações e cooperativas trabalham a partir de contratos com as prefeituras municipais, no entanto não receberam as condições materiais para desenvolverem o trabalho protegidas adequadamente. Neste caso, coube a própria economia solidária dinamizar as condições para tal feito.

Numa perspectiva semelhante, em Blumenau, Santa Catarina, a Economia Solidária mobilizou o “Comitê Solidariedade – Redes de Economia Solidária como Alternativa à Crise do Covid-19”. Seu objetivo compreende fomentar a cooperação econômica por meio do estabelecimento de um sistema de doações, trocas e aquisição de produtos, serviços e consumo dos EES. Além de viabilizar os processos de produção, comercialização e consumo, o Comitê recebeu e organizou doações de produtos e recursos financeiros para aquisição de cestas agroecológicas para as famílias em condições de vulnerabilidade econômica e social. Essa iniciativa beneficiou quem foi diretamente afetado pela crise e não tinha condições de obtenção de renda em função das exigências de isolamento social, criando uma rede de apoio e proteção aos EESs da região. Ao fortalecer a economia e cooperação solidária, o Comitê busca difundir e promover a lógica da Economia Solidária como base para o enfrentamento dos efeitos da pandemia do COVID -19.

Dentre outras iniciativas o Comitê Solidariedade firmou parceria para aquisição de alimentos com o Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais (CEMEAR), da cidade de Presidente Getúlio-SC e o Projeto Abrigos da Terra, beneficiando diretamente 13 famílias que estão iniciando a produção de alimentos agroecológicos em municípios do Alto Vale do Itajaí. Foram adquiridas 150 cestas (9,3kg) de alimentos agroecológicos, totalizando a aquisição de 1.400 kg de alimentos e 300 litros de leite. Também foram transferidos recursos para compra de material de construção visando o reparo das residências de trabalhadores dos EES atingidas pelo Ciclone. Foram atendidas: 20 famílias da Associação de Amigos, Familiares e Usuários do Sistema de Saúde Mental de Blumenau (ENLOUCRESCER); 07, da Associação de Amigos, Familiares e Usuários do Sistema de Saúde Mental de Indaial/SC (AUFASAM); 55, da Cooperativa dos Trabalhadores Coletores de Resíduos Recicláveis de Blumenau (COOPERRECIBLU); 13, dos EES Café com Arte, Garciarte, Associação Blumenauense de Tecelagem (Verbo Tecer); 03, do Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau (SINTRASEB) e 11, da Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer (ABLUCAN), totalizando 109 famílias.

O Comitê, mesmo com uma ação pontual possibilitou que trabalhadores/as da economia solidária afetados diretamente pela pandemia pudessem ter acesso a condições mínimas de amparo e proteção por parte da rede de economia solidária existente ao mesmo tempo fomentou a constituição de uma rede solidária de apoio aos produtores de alimentos agroecológicos da região. A visibilidade da atuação do Comitê tem permitido que outras pessoas se agreguem a rede de economia solidária na condição de consumidores. Assim, o Comitê terá como resultado organizativo no campo da economia solidária na região a constituição de um grupo de consumidores agroecológicos que possibilitará a formação de uma Rede Solidária de Produção e consumo de Alimentos Agroecológicos como experiência de articulação campo-cidade em Blumenau/SC. Iniciativas que possibilitam afirmar que a economia solidária sairá fortalecida neste contexto de pandemia.

Já em São Carlos, São Paulo, a partir de um projeto voltado para o fortalecimento de uma rede de colaboração envolvendo empreendimentos econômicos de vários segmentos (agricultura, artesanato,

consumo solidário, coletivos culturais, alimentação, cooperativas sociais), a divulgação dos produtos e sua comercialização têm sido convertida para formatos digitais: a realização de feiras *on line*, bem como a divulgação e catálogos virtuais especialmente focados em itens adequados ao sistema de entregas, revela todo o potencial das redes sociais como alternativa ao espaço das feiras presenciais, sendo que muitos testemunhos têm sido coletados no sentido de que mesmo após o fim das medidas de isolamento social, tais ferramentas podem seguir como importante complemento aos espaços tradicionais de divulgação e comércio. Mas para isso, faz-se necessário um grande esforço conjunto de aprendizado, envolvendo produtores, consumidores e entidades de apoio. Em outra frente, a economia solidária têm sido protagonista de diversas iniciativas de apoio à população de bairros periféricos, seja por meio de projetos que articulam coletivos de costura na produção de máscaras de tecido (a serem adquiridas pelo poder público ou por entidades filantrópicas, sobretudo algumas vinculadas a igrejas). Uma delas está ligada ao coletivo de mulheres que comanda o Banco Nascente (Banco Comunitário apoiado pela incubadora da UFSCar, o NuMI-EcoSol), que passou a captar, via pequenos projetos, recursos para a aquisição de máquinas de costura e matéria-prima, oferecendo possibilidade de inserção produtiva para moradores da região sul da cidade, uma das mais carentes do município. Importante assinalar que o próprio espaço no qual funcionam tanto o Banco Comunitário quanto a oficina e costura por ele fomentada é cedido pela Paróquia São José Operário (igreja católica). Outras iniciativas neste sentido têm sido registradas em diferentes regiões e São Carlos, sempre a partir da soma de forças entre empreendimentos de economia solidária, comunidades eclesiais, movimentos sociais, entidades filantrópicas e setores da universidade e do poder público municipal.

Esta soma de esforços a partir de atores tão diversos também é a marca de uma articulação em torno da criação do futuro Fórum Municipal de Direitos Humanos: o assim chamado “coletivo pró-Fórum (de Direitos Humanos e São Carlos-SP)”, têm se reunido desde 2019 e conta com a participação e mais de 15 entidades, incluindo atores envolvidos com as outras economias, sendo que em suas pautas, embora bastante abertas, têm se dado grande destaque para o imperativo de pensar e de cobrar ações junto aos órgãos públicos quanto ao adequado enfrentamento à situação gerada pela pandemia.

As iniciativas registradas acima evidenciam a combinação entre efetiva ação junto às comunidades e a pressão política como estratégia que sempre caracterizou o movimento de economia solidária. Agora mais do que nunca.

A partir destas experiências, a organização destas estratégias de ação nos territórios apresentam-se como importantes iniciativas de apoio aos trabalhadores dos EESs, que por meio delas acessam os mínimos sociais e contam com a possibilidade de reintegração socioeconômica e constituição de redes de colaboração solidária.

Esta experimentação mais recente da Economia Solidária sintetiza algumas características fundamentais para a construção de um futuro alternativo. Trata-se aqui de vislumbrar uma economia focada nas pessoas, que produz bens necessários, úteis, saudáveis, sob a égide da soberania alimentar e sobretudo: em processos de trabalho não alienados, nos quais a produção se articule a redes de comércio justo ou a mercados institucionais, não permanecendo subordinada às cadeias geridas pelas corporações e os mecanismos de transferência de valor do trabalho para o capital improdutivo. Neste sentido, mais do que assegurar o direito ao trabalho, faz-se necessário proporcionar um trabalho com sentido. Como costumava afirmar Paul Singer, a Economia Solidária “é um ato pedagógico em si” que por meio da autogestão, da educação popular e cidadã, e da diversidade, proporciona uma aproximação histórica com os movimentos democráticos e críticos.

## Considerações finais

Como já sinalizado, o atual contexto potencializado pela pandemia do coronavírus expõe ainda mais a histórica lógica de produção de desigualdades sociais e as expressões da questão social configurando não só uma crise sanitária, mas também uma crise política e econômica.

Com a pandemia, a “necropolítica” aplicada a humanos e à natureza entra em conflito com impulsos vitais para preservação da vida, e as esperanças passam a estar depositadas no resgate da solidariedade em contraposição à competitividade e à violência. De um lado, cresce a defesa da redistribuição de serviços públicos e de renda dissociadas do trabalho; de outro, a importância da solidariedade cooperativa para a recomposição do tecido social e econômico. Também vem sendo valorizada a precaução própria de um ethos científico do cuidado e da proteção frente ao desconhecido e ao perigo. A sobreposição de crises se afirma como oportunidade, ao impor uma paralisação (uma espécie de *lockout*, uma greve geral) e abrir as possibilidades para necessárias transformações civilizatórias.

As respostas frente ao contexto de crise e das adversidades oriundas dele não estão vindo do Estado e nem da solidariedade/caridade do mercado. As respostas e resistências vêm emergindo dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, sujeitos dos territórios, que estão se articulando e mobilizando a fim de superar os problemas e as dificuldades. Assim, afirmamos que são as estratégias das outras economias e a formação de redes de solidariedade no território que estão apresentando a resistência às ofensivas e violências que atingem as condições de subsistência das comunidades.

Desta forma, é a racionalidade da vida que se manifesta nos valores das outras economias, da autogestão, da participação, da organização coletiva que, por sua vez, vão sendo ampliados e fortalecidos como estratégias de curto e longo prazo. É na reprodução da vida que está a possibilidade real e alternativa às violências e opressões que vivemos a partir do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado.

O momento reposiciona as outras economias como alternativas frente ao atual momento histórico, renovando a importância do conhecimento acumulado nas mais diferentes experiências de produzir e viver que vimos dinamizando no Brasil. O atual desafio é ir além da necessária e urgente estratégia de combate ao desemprego, de geração de renda e de inclusão produtiva de populações em situação de vulnerabilidade. Deve-se inserir o modelo coletivo e autogestionário de produção e distribuição de riqueza numa proposta sócio-econômica-ambiental que possibilite realizar com mais amplitude o que os projetos de economia solidária já têm praticado.

A crise do coronavírus coloca em xeque a economia dominante, suas ideologias reacionárias e políticas autoritárias e, neste caso, ela reafirma a necessidade, a urgência e oportunidade para a construção de uma nova racionalidade econômica, à qual a experiência das outras economias tem muito a contribuir.

A Economia Solidária, em conjunto com outras economias, têm como um valor intrínseco a sua relação com políticas democráticas de distribuição de riqueza. Políticas que garantem de forma democrática o acesso aos bens naturais \_ terra, água, florestas, e aos meios de produção. É preciso frisar que, na ausência de uma política distributiva incorre-se na possibilidade da Economia Solidária tornar-se mera estratégia de sobrevivência. Daí a importância de reconhecer o poder público como um agente fundamental na consolidação da política pública de Economia Solidária. Todavia, não qualquer poder público. É preciso radicalizar a democracia como um projeto de contraposição ao autoritarismo de um estado de extrema-direita.

A extensão do alcance da crise do coronavírus sobre todas as estruturas sociais enseja a necessidade de rearranjos capazes de garantir a sobrevivência da própria sociedade. Neste contexto podemos supor o avanço de necessários novos consensos e uma correlação de forças mais favorável à presença do

Estado. Não se trata apenas de retomada de políticas nacionais, mas de uma nova reconfiguração das experiências econômicas em uma condição mais substantiva, e de longo alcance, capaz de sustentar a produção e a reprodução da vida.

É no decurso desta crise instalada pela pandemia COVID -19, que é possível identificar a Economia Solidária e outras economias como efetivas alternativas à produção capitalista, pautadas pela ética da solidariedade, da preservação da natureza e da defesa radical da democracia.

## Referências

Castello, G., Vieira, P., Picanço, M., Palhares, G., Milanezi, J., Santos, J. M. dos, Simões, L., & Brandão, R. (2020). Nota Técnica Nº. 7 Fome, desemprego, desinformação e sofrimento psicológico estimulam a violência e a desesperança em comunidades vulneráveis de seis regiões metropolitanas brasileiras. In *Rede de Pesquisa Solidária. Covid-19: Políticas públicas e as respostas da sociedade*. São Paulo. Recuperado de: <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim-7-pps.pdf>

Chiariello, C. (2019). *Análise das políticas públicas no período recente para a Economia Solidária no Brasil, Argentina e Uruguai* (Relatório de Pesquisa/2019, Pós doutorado), Araraquara, SP, Departamento de Administração Pública, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Cunha, G., & Santos, A. M. (2011). Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos. In Hespanha, P. & Santos, A. M. (Orgs.), *Economia solidária: Questões teóricas e epistemológicas* (pp. 15-56). Coimbra: Almedina.

*Emenda Constitucional nº 95*, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para Instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)

Ferrari, A.; Cunha, A. M. (2020). *A pandemia do Covid-19 e o isolamento social: saúde versus economia*. Recuperado de: [https://www.ufrgs.br/fce/a-pandemia-do-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/#\\_ftn2](https://www.ufrgs.br/fce/a-pandemia-do-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/#_ftn2)

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2005a). *Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Recuperado de: <http://www.fbes.org.br>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. (2005b). *Boletim do FBES*. 22-24 de abril. Brasília: FBES.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. (2006). *A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil*. Brasília: FBES, Secretaria Executiva.

*Lei 12305, de 02 de agosto de 2010* (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Recuperado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12305.htm)

Mbembe, A. (2017). Necropolítica. *Arte e ensaios*, 2(32). Recuperado de: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

Melo, V., Santos, A. M., Lauris, E. & Hashizune, M. (2020). Curso *Pandemia, Colonialismo e o Sul Global: reflexões atuais para alternativas futuras*. Recuperado de: <https://doity.com.br/curso-pandemia-colonialismo>

OXFAM. (2020) *Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe*. Nota informativa, julho de 2020. Recuperado de: [https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F15997803591595622094Nota\\_informativa\\_da\\_Oxfam\\_Quem\\_Paga\\_a\\_Conta.pdf](https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F115321%2F15997803591595622094Nota_informativa_da_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf)

Santos, A. M. (2004). *Vivendo e pensando o diferente: Representações Sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária*. Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Santos, A. M. (2010). *O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Santos, A. M. (2016) Questão social, desemprego, precarização e produção da pobreza: os reflexos para a produção da economia solidária no Brasil. *Praxis Sociológica*, v. 20, 9-303.

Santos, A. M. (2017). As outras economias no marco das epistemologias do Sul. In Gaiger, L. I. & Santos A. M. (Orgs.), *Solidariedade e ação coletiva - trajetórias e experiências* (252-274). São Leopoldo: Unisinos.

Santos, A. M. (2019). *Sob o fio da navalha: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil*. Marília: Lutas Anticapital.

Santos, A. M., & Carneiro, V. (2016). As estruturas de ação política e de representação da Economia Solidária no Brasil. *Revista Economia Solidária*, (9), 120-161

Santos, B. de S. (2007) Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, (79), 71-94.

Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.

Santos, M. (1996) *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Sardá, M. (2011). Oito anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. Vol.1, Nº 0, Ano 16, 57 – 70.

Schiochet, V. (2020). *A construção de uma economia solidária para superar a crise*. FES BRIEFING, julho de 2020. Recuperado de: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>

Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES / MTE. (2006). *Atlas da Economia Solidária*

*no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES.

Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE. (2004). *Plano de Ação 2004*. Brasília: MTE, SENAES.

Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES/MTE. (2004b), *Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília: MTE, SENAES.

Singer, P. (2002). Economia Solidária no Brasil. In Santos, B. de S, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* (71-110). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Roser, M., Ritchie, H., Ortiz-Ospina, E., & Hasell, J. (2020). *Coronavirus Disease (COVID-19) – Statistics and Research*. Published online at OurWorldInData.org, Recuperado de: <https://ourworldindata.org/coronavirus>

Werneck, G. (2020). Sobre atuação diante da pandemia: “A resposta inicial foi errática!”. ABRASCO. Recuperado de: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/guilherme-werneck-sobre-atuacao-diante-da-pandemia-a-resposta-inicial-foi-erratica/45953/>

Enviado: 23/09/2020  
Aceptado: 28/09/2020

Cómo citar este artículo:

Molina, W. de S.L., Santos, A. M., Rodrigues de Carvalho, A. M., Castro de Almeida, N. M. y Schiochet, V. (2020). A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID -19: trajetória, crise e resistência nos territórios. *Otra Economía*, 13(24), 170-189